

*O acesso ao material
Bibliográfico está
disponível apenas para
consulta local.*

O Boletim Cenedom é destinado à difusão regular do acervo e das atividades do Cenedom, como estudos, pesquisas e publicações sobre Museologia e sobre o campo museal.

Dúvidas ou sugestões, envie um email para cenedom@museus.gov.br

novidades • destaques • conheça +

Boletim Bibliográfico



Centro Nacional de
Estudos e Documentação
da Museologia



Nº 51/ Outubro 2016

CIDADANIA POLÍTICA E ELEIÇÕES

O exercício efetivo do direito de escolher representantes para cargos políticos, prática hoje consolidada na dinâmica social, faz parte de uma longa história de lutas pelo estabelecimento de um sistema político democrático.

Assim formulada, a cidadania política, caracterizada pelo ato de votar e de eleger-se, além de imprimir sentimento de igualdade política entre os indivíduos, possibilita aos grupos e movimentos sociais a capacidade de exercer influência sobre processos de tomada de decisões. Para além da harmoniosa aparência, contudo, no que tange à democracia representativa, é possível apresentar elementos que, com frequência, denotam a necessidade da presença ou pressão social para a efetivação de direitos. É o caso, entre outros, da inequidade de gênero na representação. A julgar pelos baixos percentuais femininos e negros em cargos eletivos, considerando-se a presença dessas populações no Brasil, de fato há muito o que se debater, refletir e mudar.

Para subsidiar o desenvolvimento do tema, as obras selecionadas comunicam, em maior ou menor proporção, a história da construção do voto, ou antes, da cidadania no Brasil, e sua relação com outras nações. Narram a trajetória de personalidades políticas e apresentam propostas de interpretação crítica sobre o arcabouço teórico político e constitucional, bem como as práticas políticas atuais e passadas. Dessa forma, esperamos que nossos leitores se apropriem dessas temáticas atinentes à nossa realidade social, com todas as suas contradições e problemáticas, e assim atuem conforme suas interpretações e convicções. Um material, enfim, para colaborar com as urnas e com nossos destinos.

Boa leitura!

DESTAQUE

ELEIÇÕES NO BRASIL

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições no Brasil**: uma história de 500 anos. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/tse-eleicoes-no-brasil-uma-historia-de-500-anos-2014.pdf>

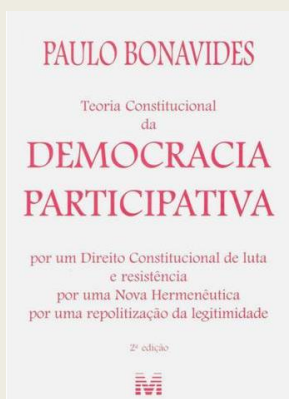


Quem hoje com muita naturalidade digita os números da urna eletrônica para votar durante um pleito político, eventualmente, esquece que subjaz uma história de mais de 500 anos de luta por poder, com efeito de exclusão política, mas também de defesa de ideários e alcance de conquistas, como a criação de critérios que estendam os direitos políticos para parte significativa da população. A equipe do *Museu do Tribunal Superior Eleitoral* fez um trabalho de busca sobre a história eleitoral brasileira e a organizou didaticamente segundo os períodos da história do Brasil. Assim, a história do ato de votar começa já no período do Brasil Colônia, passando pelas inovações nos sistemas eleitorais do Brasil Império e os primeiros anos do período republicano, quando então o presidencialismo passou a vigorar como forma de governo, até a atualidade, com a utilização de dispositivos eletrônicos de votação. A própria criação da Justiça Eleitoral como órgão exclusivo para tratar as eleições é narrada, ao lado da história dos ícones da prática do voto – a urna, o título e a cédula.

CONHEÇA +

TEORIA CONSTITUCIONAL DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

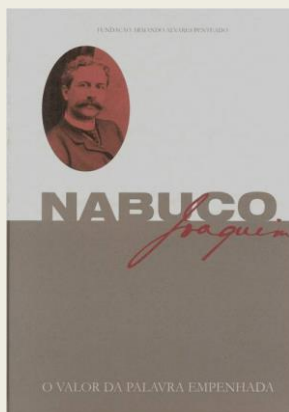
BONAVIDES, Paulo. **Teoria constitucional da democracia participativa**: por um Direito Constitucional de luta e resistência: por uma Nova Hermenêutica: por uma repolitização da legitimidade. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.



Muitas vezes questionada, senão em crise, a democracia representativa nem sempre apresenta provas de que atinge as metas prometidas segundo algumas perspectivas, como é a do jurista Bonavides. Considerando o contexto histórico de globalização, em que se adotam discursos sobre a inexistência de fronteiras nacionais, o neoliberalismo e o Estado mínimo, o autor contrapõe a representatividade da política, baseada no mandato de legisladores à democracia participativa, saindo em defesa da última como forma de ser e fazer político mais próximo à participação direta da sociedade. Assim, o autor desenvolve uma reflexão no campo da teoria constitucional sobre a soberania popular já estabelecida na Carta Constitucional. Sob esse formato, o Estado democrático-participativo emerge como a versão mais acabada e insubstituível do Estado social para os países da periferia. Imprime, assim, nesta obra uma visão de que a participação social na política, nas eleições e na democracia são os caminhos para a efetivação desse Estado social.

JOAQUIM NABUCO

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO. **Joaquim Nabuco: O valor da palavra empenhada**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

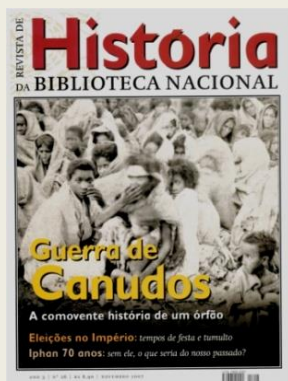


Para quem quer conhecer um pouco mais sobre a trajetória de vida de Joaquim Nabuco, conhecido por seu posicionamento abolicionista ou quer “rever” a exposição *Joaquim Nabuco, o valor da palavra empenhada* tem a opção de encontrá-la nesta obra homônima. Monarquista, defensor da liberdade religiosa, Nabuco manifestou oposição à causa escravista, ao lado da defesa do direito dos indígenas, no plano legislativo brasileiro, ambiente alcançado por meio de eleições indiretas. Intensa, embora curta, a vida pública de Joaquim Nabuco compõe a maior parte do livro, que é complementado por imagens de pinturas de natureza-morta de autoria de Estevão Roberto da Silva, primeiro negro, filho de escravos, a se formar na Academia de Belas Artes. Com isso, a exposição e o livro pretendem reconhecer os legados no campo artístico e político proporcionados por esses dois nomes do Brasil, memória brasileira preservada como patrimônio nacional.

ARTIGO

ÀS URNAS!

CAVANI, Suzana. Às urnas, cidadãos! **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 26, p. 56-59, nov. 2007.



Aos olhos de hoje, o voto censitário parece uma prática tão injusta quanto indesejada, contudo, em 1840, era alçado como critério para reduzir a corrupção eleitoral associada à participação popular. A história das eleições no Brasil durante o período imperial permite conhecer um pouco mais sobre a evolução do direito de voto e de ser votado. Assim, a julgar pelas poucas opções de partidos, o liberal e o conservador, o eleitorado da época – excluindo mulheres e pessoas escravizadas – tinha mais opções de escolha no guarda-roupa (ao menos os eleitores mais abastados), posto que o dia da votação se constituía em oportunidade para exibir sua condição social privilegiada, manifesta nos trajes de gala e roupas importadas. Ao lado da pompa, vigorou durante o período eleitoral uma certa desordem, tendo em vista a ocorrência de práticas violentas entre partidos e candidatos, que, não raro, podiam chegar às vias de fato. Esse cenário político, contudo, torna-se ainda mais limitado em 1881, com a Lei Saraiva, que reduz o eleitorado a 1% da população. Comunicada de forma fluida no artigo da professora Suzana Cavani, a história do voto e das eleições permite compreender alguns dos avanços e heranças culturais no campo político brasileiro que se podem ver refletidos em maior ou menor grau nos dias atuais.

INFORMAÇÕES

O acesso ao material bibliográfico está disponível apenas para consulta local.

Dúvidas ou sugestões, envie um email para cenedom@museus.gov.br

Endereço:

SBN Q. 2 Lt. 08, Bl. “N” - Ed. CNC III – 1º Subsolo
(61) 3521-4201 email: cenedom@museus.gov.br

Horário de Funcionamento:

Segunda: das 13h às 18h
De terça a sexta: das 09h às 18h